

Reificação e mundo do trabalho*

Reification and labor's world

Arminda Rosa Rodrigues da Mata Machado**

Resumo

O mundo do trabalho tem se modificado drasticamente nos últimos cinquenta anos. A sociedade ocidental encontra-se inserida no contexto de uma revolução provocada pelo escape dos capitais aos controles do Estado e pelas inovações introduzidas nos sistemas de comunicação e de produção propiciadas pelo avanço tecnológico. Concretamente essas mudanças são observadas nas mais diversas partes do mundo, nas alterações do mercado de trabalho, nos paradigmas produtivos, assim como no lugar e sentido atribuídos ao trabalho na formação da sociabilidade e identidade das pessoas. Afirma-se que o mundo do trabalho, tal como o é conhecido até então, está fadado ao desaparecimento. De fato, hoje decide-se no nível tecnológico das nuvens, o destino das empresas e dos contingentes de trabalhadores a elas ligados. Nunca se esteve tão distante do sonho marxiano de uma sociedade em que *o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos*. No presente artigo pretende-se desenvolver a ideia de que a reificação extrema observada nas relações de produção constitui, na atualidade, uma das faces mais visíveis do predomínio da razão instrumental na sociedade ocidental. Para tanto o conceito de reificação será desenvolvido a partir da elaboração de Gyorgy Lukács, com a identificação de suas raízes em Karl Marx.

* Artigo recebido em 16/06/2016 e aprovado para publicação em 03/11/2016.

** Psicóloga pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, mestre em Psicologia pela PUC-MG e aluna do mestrado em Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

Palavras-chave: trabalho; capitalismo; reificação; fetiche de mercadoria.

Abstract

Labor's world has changed dramatically in the past fifty years. Western society is inserted in the context of a revolution provoked by the escape of capitals to state controls and by the innovations introduced in the systems of communication and production propitiated by the technological advance. Specifically, these changes are observed in the most diverse parts of the world, in the changes of the labor market, in the productive paradigms, as well as in the place and sense attributed to the work in the formation of people's sociability and identity. It is said that the world of labor, as it has been known up to now, is bound to disappear. In fact, today it is decided at the technological level of the clouds, the fate of the companies and the contingents of workers linked to them. We have never been so far removed from the Marxian dream of a society in which the free development of each is a condition for the free development of all. In the present article we intend to develop the idea that the extreme reification observed in the relations of production constitutes, at present, one of the most visible faces of the predominance of instrumental reason in Western society. For this the concept of reification will be developed from the elaboration of Gyorgy Lukács, with the identification of its roots in Karl Marx.

Keywords: labor, capitalism, reification, merchandise's fetish.

1. Introdução

G. Lukács publicou, em 1925, sua obra *História e Consciência de Classe* da qual o texto *Reificação e consciência do proletariado* constitui a parte central. Preponderante para a filosofia social alemã nas décadas de 20 e 30, ele se constituiu como referência para uma leitura marxista da realidade ocidental: influenciou tanto os filósofos da Escola de Frankfurt, quanto os existencialistas franceses, inclusive Sartre e Merlau-Ponty. Após a Segunda Grande Guerra, a ideia de reificação passou a ser considerada quase arqueológica. Sem dúvida, o mundo que emergiu no pós-guerra tinha outras características e, com as mudanças do quadro político e econômico, o conceito perdeu seu valor explicativo.

Em seu texto denominado *Reificação, um estudo na teoria do reconhecimento*, Axel Honneth (2007) procura reencontrar a importância desse conceito para a filosofia crítica. Para esse autor essa busca se justifica porque, em um presente mais recente, a ideia de reificação parece renascer

e se incorporar novamente ao discurso intelectual.

Em sua forma mais elementar o conceito de reificação designa um processo cognitivo pelo qual algo que em si não é uma coisa passa a ser tratado como tal. Historicamente pode-se localizar em Karl Marx a elaboração inicial do termo, nos diversos momentos em que teceu severas críticas ao trabalho de Adam Smith e dos demais economistas clássicos e, principalmente, quando esse filósofo elabora os conceitos de alienação e de fetiche de mercadoria. Assim, é importante entender as críticas de K. Marx, a partir de uma visão rápida e panorâmica das ideias de Adam Smith (1983), expostas em sua obra *A riqueza das nações*, considerada como ponto de partida inquestionável para o estudo da economia ao longo de quase todo o século XIX.

2. O conceito de reificação: das raízes históricas aos dias atuais

2.1. Adam Smith: A Riqueza das Nações

Conforme a apresentação desta obra clássica, feita por Winston Fritsch, as ideias de A. Smith, em seu conjunto, constituem uma teoria do crescimento econômico cujo cerne é apresentado em suas primeiras páginas: a riqueza ou bem-estar das nações é identificado com seu produto anual *per capita* que, dada a constelação de recursos naturais disponíveis, é determinado pela produtividade do trabalho ou trabalho útil. Entende-se esse trabalho como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de produção e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total. Essa produtividade é otimizada pela divisão ou parcelização das atividades inerentes à produção. Em síntese, trata-se de um processo de causalidade circular cumulativa, cujos traços essenciais são:

- A divisão e a especialização do trabalho levam a um aumento da produtividade do trabalhador.
- A partir daí origina-se um excedente de produção, ou seja, uma produção acima daquela necessária para o pagamento dos salários dos trabalhadores e dos demais custos de produção.
- Esse excedente, por sua vez, permite o aumento do estoque do capital inicial locado na atividade. Com isso, essa atividade poderá ser ampliada.
- A pressão da demanda de mão de obra sobre o mercado de trabalho, causada pelo processo de acumulação de capital e ampliação da atividade econômica, provoca um crescimento concomitante dos salários, uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores e um aumento da população.

- Esse aumento gera a ampliação dos mercados que, para um determinado estoque de capital, é o determinante básico da extensão da divisão do trabalho, iniciando-se, assim, a espiral de crescimento.

Adam Smith afirma que o aprimoramento das forças produtivas do trabalho deve-se à sua divisão, considerada por Smith como uma tendência natural no ser humano, uma vez que ela facilita a vida das pessoas ao lhes poupar esforços. Do ponto de vista econômico, a divisão do trabalho para A. Smith é extremamente vantajosa uma vez que, na medida em que pode ser realizada, gera em cada ofício um aumento proporcional das forças produtivas. Esse aumento de produtividade é devido a três circunstâncias distintas:

- A maior destreza do trabalhador na execução da sua parte do trabalho, graças à repetição de tarefas menores e mais simples, ou seja, especialização.

- A poupança do tempo que seria gasto no passar de uma atividade para outra, tanto em termos de deslocamento e troca de ferramentaria, quanto em termos das exigências de atenção do trabalhador para a execução da atividade.

- A invenção de um grande número de máquinas e ferramentas que facilitam e abreviam o trabalho; muitas dessas ferramentas se devem à engenhosidade dos próprios empregados, que buscam, assim, facilitar sua própria atividade.

No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, esse capital passou a ser usado para contratar trabalhadores, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência, a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas. Na situação de empregado, o produto total do trabalho nem sempre pertence ao trabalhador. Na maioria dos casos, este deve reparti-lo com o dono do capital que lhe dá emprego. Assim, quando o produto acabado é trocado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar o suficiente para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assumiu ao empreender o seu negócio.

O capitalista, ao procurar maximizar seus lucros no momento da comercialização dos seus produtos nessa sociedade comercial, trabalha no sentido de tornar a renda da sociedade tão grande quanto possível. Desse modo, contribui para o benefício geral, mesmo que não busque esse resultado como um objetivo. *Ele apenas o realiza como se estivesse sendo orientado por uma mão invisível.*

Esse sistema é automático quando existe liberdade para produzir e competir. Para Smith a competição e o livre comércio são ameaçados pelos monopólios, taxas preferenciais, controles e outros privilégios que determinados produtores conseguem obter das autoridades governamentais. Por essa razão, Adam Smith acredita que os governos devem ser limitados. Suas únicas e principais funções deverão referir-se à

defesa, manutenção da ordem, construção de infraestrutura e promoção da educação. A economia de mercado deve ser mantida aberta e livre.

As ideias defendidas por Adam Smith deram sustentação a uma política econômica que tornou a Inglaterra o país mais rico do mundo nos séculos XVIII e XIX. A divisão do trabalho em trabalho operário e trabalho intelectual (ou trabalho de comando), além da própria parcelização das atividades ligadas à produção, a apropriação da força de trabalho pelo capital, o uso do dinheiro para gerar mais dinheiro por meio da comercialização dos excedentes de produção, a neutralização das ações governamentais em benefício da *mão invisível*, o desenvolvimento da mecanização, enfim foram muitos os fatores que rapidamente se impuseram e contribuíram para a ampliação e difusão do capitalismo pelo mundo. Por outro lado, é por demais conhecida a situação de extrema pobreza dos trabalhadores da Inglaterra no período da Revolução Industrial. Desprotegidos, por mais que se organizassem, os operários tinham poucas chances. Segundo o próprio Smith, citado por HUBERMAN (1968, p.175),

[...] os salários habituais dos trabalhadores dependem em toda parte do contrato usualmente feito entre essas duas partes, cujos interesses não são, de forma alguma, os mesmos. Os trabalhadores desejam conseguir o máximo possível, os patrões dar apenas o mínimo. Não é difícil prever qual das duas partes deve, em todas as ocasiões normais, ter vantagem na disputa. Os patrões, em menor número, podem reunir-se com facilidade e a lei, além disso, não proíbe suas associações, ao passo que proíbe a dos trabalhadores. Não temos leis no Parlamento contra uniões para reduzir o preço do trabalho; temos, porém, muitas, contra as uniões para elevá-los.

Apesar desse reconhecimento, foi Adam Smith o primeiro a oferecer aos donos do capital as justificativas de que precisavam para auferir lucros cada vez maiores, uma vez que, conforme a teoria exposta em *A riqueza das nações*, esses lucros estariam contribuindo para o bem-estar geral da nação.

2.2. Karl Marx: as críticas às ideias de Adam Smith

Quase um século depois de Adam Smith, Karl Marx surgiu no cenário filosófico e econômico. Em termos do contexto filosófico da época, o percurso de Marx é marcado por um diálogo crítico travado com os idealistas alemães, principalmente com Hegel, em torno da filosofia da consciência. O pensamento de Marx acerca dessa questão é definido com clareza por ele

próprio, na seguinte passagem, citado por VAZ (2001, p.151):

Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência... Essa maneira de ver não é isenta de pressuposição. Ela parte de pressuposições reais e nem um instante as abandona. As pressuposições são os homens, não os homens acabados e fixos, de um modo imaginário qualquer, mas os homens em seu processo real de desenvolvimento, fazendo-se a si mesmos em condições determinadas e empiricamente constatáveis.

No tempo de K. Marx, a revolução industrial estava consolidada. Portanto, ele pode observar os efeitos do modo de produção capitalista que já se faziam sentir em diversas partes do mundo ocidental. Além disso, estudou e posicionou-se de forma crítica sobre as teses desenvolvidas pelos economistas clássicos tendo como foco exatamente as alterações introduzidas no mundo do trabalho pela produção mercantil. Argumentou de forma contundente contra as suposições defendidas por Adam Smith de que os seres humanos se dedicam ao trabalho como um sacrifício, apenas enquanto produtores de mercadorias que têm utilidade e valor de troca, para garantir suas necessidades. K. Marx foi também um crítico ferrenho da economia de livre mercado e da ideia de progresso tal como apresentada por A. Smith, ao desmistificar seus fundamentos e clarear seus aspectos nocivos principalmente em relação aos trabalhadores.

Conforme se pode entender pela leitura dos primeiros capítulos de *A riqueza das nações*, o trabalho é ali colocado de maneira central, como origem legítima de toda riqueza. São, porém, beneficiários dessa riqueza apenas aqueles que podem usufruir do trabalho alheio pelo consumo dos bens produzidos, uma vez que, para A. Smith, o trabalho é considerado negativamente como uma atividade sacrificante, como algo que impede o folgado e o gozo em horas dedicadas ao lazer. Se pudesse escolher, o homem não trabalharia.

Para Karl Marx, a economia política só considera o homem enquanto trabalhador, não se ocupa dele enquanto ser humano. Por outro lado, para ele é por meio do trabalho que o homem, ser natural, se humaniza. O homem se apropria da natureza para fazer face às suas necessidades. Conforme o próprio Marx, citado por GUEDES (2014, p. 202),

[...] antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe

em movimento suas forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza.

Portanto, o ser humano é um ser natural que tem de fazer-se. Ele altera a natureza, imprimindo a ela a sua ideia, a sua representação: é a imaginação que se exterioriza, que se objetiva, pelo movimento de autoexpressão do trabalho, ou seja, o trabalho é manifestação fundamental da subjetividade do trabalhador.

Certamente que se pode afirmar, sem medo de errar, que, no seu produto, o homem se reconhece e alcança o reconhecimento social. K. Marx também chega a fazer uma afirmação semelhante. De acordo com HONNETH (2003, p.231) K. Marx fala da *dupla afirmação* que um sujeito experiencia em relação a si mesmo e a um outro por meio do trabalho.

[...] No espelho do objeto produzido, ele pode não somente experimentar-se a si mesmo como indivíduo a que pertencem de maneira positiva determinadas capacidades, mas também se conceber como uma pessoa em condições de satisfazer as carências de um parceiro concreto da interação. Dessa perspectiva, Marx compreende agora o capitalismo, isto é, o poder de dispor dos meios de produção que uma única classe detém, como ordem social que destrói necessariamente as relações de reconhecimento entre os homens, mediadas pelo trabalho, pois, com a separação dos meios de produção, é arrancada aos trabalhadores também a possibilidade do controle autônomo da sua atividade, a qual é, no entanto, o pressuposto social para que eles possam se reconhecer reciprocamente como parceiros de cooperação, num contexto de vida em comunidade.

Inserida no modo de produção capitalista, a atividade do trabalhador torna-se atividade do capital e tem como objetivo produzir algo que vai contribuir para a valorização do capital. O princípio subjetivo, presente claramente na produção do artífice, cede lugar progressivamente ao princípio objetivo no exercício da atividade produtiva regida pelo capital, dando origem ao processo de alienação do trabalhador em face do seu trabalho. Esse processo de *alienação* se dá tanto no produto do trabalho, percebido pelo trabalhador como algo estranho a ele, quanto no ato da

produção e da capacidade de produzir, essencialmente desumanizado e mecânico. Com isso, o capitalista, dono dos meios de produção e da força do trabalhador, transforma o processo de trabalho num *processo reificado*, entre coisas que produzem coisas que geram valor, ou seja, a própria conservação e ampliação do capital. O produto do trabalho passa a ser considerado por seu valor de troca: torna-se mercadoria e, como tal, passa a ser representado.

A mercadoria como *fetice* passa a representar não algo que tem a característica de atender a uma determinada finalidade, mas algo que *representa um valor* "suprassensível" no dizer de K. Marx. Quando colocada no mercado é exibida, desejada, como algo que tem valor em si mesma, como se ali tivesse chegado por suas próprias pernas, como se tivesse vida própria. Assim, o valor da mercadoria não está ligado diretamente às características de um determinado trabalho e nem ao valor do esforço dispendido por um ou por determinado grupo de trabalhadores para sua produção uma vez que, conforme GUEDES (2014, p.122) ocorrem três formas de inversão:

1 Os trabalhos tornam-se iguados pelo *valor dos seus produtos*, ou seja, se os produtos A e B têm seu valor igualado, assim também são iguados os trabalhos de sua produção; se um casaco e uma partida de linho são equiparados no momento da troca, os trabalhos que os produzem são igualmente equiparados. O trabalho humano nesse cálculo torna-se *trabalho abstrato*, trabalho que produz valor.

2 Mediante essa equalização dos trabalhos, a medida do tempo de *dispêndio da força* de trabalho do operário é transformada na grandeza de *valor dos produtos do trabalho*.

3 As *relações sociais* entre os produtores transformam-se em simples relação comercial entre *os produtos do trabalho*. Na cadeia de trocas da relação mercantil, o sujeito é um elo intermediário das relações sociais que se fazem entre as mercadorias. Essas tornam-se as figuras principais no interior das transações.

Enfim, o valor do trabalho, do seu custo em termos de esforço dispendido, assim como a sociabilidade entre as pessoas são todos **objetificados, reificados**, tendo a mercadoria como termo de referência. Se no cálculo do valor da mercadoria, os trabalhos são equalizados *sob a forma de um cálculo abstrato* do tempo médio de sua produção, pelo qual eles são remunerados, como se chega ao valor desse tempo? Exatamente pelo cálculo dos meios de subsistência necessários a manutenção do trabalhador e de sua família: o salário mínimo brasileiro, por exemplo, cujo valor tem como referência o custo dos produtos da cesta básica de alimentos.

Acrescente-se a essas questões que a inserção das máquinas no processo de produção não se deu com o objetivo de reduzir o esforço dos trabalhadores conforme acreditou Adam Smith. Pelo contrário, elas

trouxeram como resultado a multiplicação e o barateamento das mercadorias e a apropriação do tempo do trabalhador pelo capital. Ou seja: pretendendo tirar da máquina o máximo de produção possível o capitalista impunha ao trabalhador uma jornada de trabalho sempre maior. Além disso, eles tinham que obedecer ao ritmo dos movimentos das máquinas, sob rigorosa supervisão. Desse modo, foram praticamente submetidos às máquinas, com a evidente intensificação das horas trabalhadas. Ao vender o produto da sua fábrica no mercado, o capitalista aumenta rapidamente o seu lucro porque, embutidas no preço, estão as horas trabalhadas pelos operários, excedentes àquelas necessárias ao pagamento dos salários e não pagas pelo capitalista. Constitui-se, assim, o que K. Marx denominou como *mais valia* ou a medida da exploração do trabalho pelo capital.

Na relação de troca que se estabelece entre o capitalista e o trabalhador, por meio da qual o trabalhador vende sua força de trabalho, o trabalhador quer garantir sua subsistência e o capitalista quer ver seu capital valorizado. Logicamente não existe em tal caso uma situação de igualdade de direitos e de igual liberdade: no chamado livre comércio, o trabalhador é um perdedor desde o início. A ideia difundida de que ambos, capitalista e trabalhador, realizam um contrato de trabalho como pessoas livres e juridicamente iguais, dispostas a trocar mercadorias equivalentes é criticada por K. Marx, citado por GUEDES (2014, p.242) que chama a atenção para a realidade subjacente a essa esfera polida da relação mercantil:

Esta perpetuação da relação entre o capital como comprador e o operário como vendedor do seu trabalho constitui uma forma de mediação imanente a esse modo de produção; contudo, é uma forma que apenas formalmente se diferencia das outras formas mais diretas de sujeição do trabalho e da propriedade das condições de produção por parte dos possuidores dessas condições. Ela encobre, como mera relação monetária, a transição efetiva e a dependência perpétua que tal mediação de compra/venda renova constantemente.

Para Karl Marx, ao tomar essa relação de mediação em sua aparência como a essência das relações capitalistas com os trabalhadores, os economistas erram porque fazem desaparecer a diferença fundamental entre capitalistas e operários no interior dessa mesma relação. A produção capitalista não apenas produz essa relação desigual mas a reproduz numa escala crescente. Além disso, a riqueza produzida não está ao alcance do trabalhador. Pelo contrário, em face de uma riqueza crescente, sua pobreza somente aumenta. Nesse ponto vale a pena lembrar a definição de economia política de Adam Smith, conforme GUEDES (2014, p.215):

A Economia Política, considerada como um ramo da ciência de um estadista ou de um legislador, propõe dois objetivos distintos: primeiro, promover uma abundante renda ou subsistência para o povo, ou, mais propriamente, habilitá-lo a prover tal renda ou subsistência para si mesmo e, segundo, suprir o estado ou a comunidade de renda suficiente para os serviços públicos. Ela propõe enriquecer, tanto o povo, quanto o soberano.

Viu-se que A. Smith acreditava que o progresso geral e indefinido de todas as nações seria plenamente possível no cenário liberal imaginado por ele. Entretanto, para Marx, os economistas políticos pareciam ignorar que a economia não é estática. Conforme OLIVEIRA (2004, p.123) K. Marx assim se expressou:

[...] os economistas exprimem as relações de produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda etc. como categorias fixas, imutáveis, eternas [...]. Os economistas nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra.

Para K. Marx, o capitalismo é um modo de produção dominante segundo um momento histórico e social determinado. Em sua análise crítica da economia burguesa, não deixa de tributar aspectos positivos ao constante renovar do capitalismo. O *ativismo* é inerente ao sistema capitalista uma vez que tal modo de produção, tomado como um todo, não pode subsistir sem constantemente se modificar. De acordo com BERMAN (1987, p.94), essa revolução permanente da economia capitalista produz pessoas que necessitam “assumir a fluidez e a forma aberta dessa sociedade”, ultrapassar as relações antigas, petrificadas e assumir e se empenhar na renovação, a olhar sempre na direção do futuro. Ou seja, vestir a ideologia do desenvolvimento, do progresso. No entanto, para K. Marx e F. Engels, a energia do desenvolvimentismo burguês acabaria por alijar do processo a classe que pioneiramente lhe dera sustentação pela concentração da riqueza nas mãos de poucos e pelo empobrecimento concomitante da base. Revoltada, a classe operária saberia se unir para reivindicar outras condições de vida. Para K. Marx, por força de um movimento revolucionário levado a cabo pelo proletariado, fatalmente, o comunismo seria implantado: após a revolução, após a redistribuição do bem-estar e da abolição dos privilégios de classe, quando os trabalhadores

pudessem controlar os meios de organização do trabalho, então finalmente, em lugar dos antagonismos da velha sociedade burguesa, uma associação em que *o livre desenvolvimento de cada um será a condição para o livre desenvolvimento de todos* tornar-se-ia em realidade.

2.3. Reificação conforme G. Lukács

No texto *Reificação e consciência do proletariado* G. Lukács centraliza sua análise do conceito de reificação no caráter fetichista da mercadoria tal como expresso por Marx. Para esse autor a divisão do trabalho e a mecanização progressiva dos meios de produção eliminam as características qualitativas que distinguem os trabalhadores entre si como seres produtivos e destroem as mediações entre o trabalhador e o produto do seu próprio trabalho. Com isso causam a perda da percepção de totalidade no objeto produzido uma vez que as propriedades psicológicas do ato de trabalhar são separadas do conjunto da personalidade do trabalhador, são objetivadas, integradas aos sistemas produtivos e reduzidas ao “conceito calculador”. Os estudos relativos aos “tempos e movimentos” da época taylorista são típicos desse processo.

Como causa social da propagação e da perenização da reificação, G. Lukács toma a difusão da troca de bens que, com o advento das sociedades capitalistas, se converteu no modo predominante do agir intersubjetivo. Ou seja, para esse filósofo, na sociedade mercantil capitalista, coisas e pessoas, assim como o próprio patrimônio pessoal intangível dos indivíduos (seus saberes, suas habilidades e competências), entram nessa relação coisificante apenas como elementos de troca e lucro. Seguindo esse raciocínio, G. Lukács chega à tese central do seu estudo, segundo a qual, sob o capitalismo, a reificação se transformou na *segunda natureza* do homem. Em síntese, para Lukács, a relação sujeito-objeto se totaliza de tal forma que a distância e a diferença entre ambos desaparece: o sujeito é o objeto e o objeto é o sujeito.

Por outro lado, no interior do próprio sujeito, desenvolve-se uma atitude de “observador neutro” do que ocorre em seu entorno, ou seja, o agente não se torna afetado emocionalmente pelo que acontece e deixa passar os fatos e acontecimentos sem implicar-se interiormente com eles. Essa atitude ocorre porque cada parte se ocupa em calcular seus objetivos e benefícios e isso lhes exige tal atitude distanciada e objetiva. Em síntese, G. Lukács entende por reificação o hábito ou o costume de uma conduta observadora a partir da qual o entorno natural, social e pessoal é percebido de forma indolente e desapaixonada, como algo que tem qualidade de coisa. Essa alteração da atitude se entranha tão profundamente nas formas de atuar das pessoas que não pode ser simplesmente corrigida como um erro conceitual. Não deve também ser confundida como uma conduta moralmente errada, porque lhe falta o elemento de intenção subjetiva

necessário a sua compreensão como falta moral. Para G.Luckács, todos os elementos da sociedade capitalista foram assim socializados, dentro de um sistema de conduta reificante, de tal forma que o tratamento instrumental do outro representa, em primeiro lugar, um fato social e não um desvio moral.

Axel Honneth, em seu livro *Reificação, um estudo na teoria do reconhecimento*, apresenta uma análise minuciosa sobre as teses de Lukács relativas à reificação. Para Honneth, essas teses são extremamente compactas e totalizadoras, uma vez que atribuem ao capitalismo um poder excessivo e afirmam uma extensão do conceito de reificação para todos os domínios da vida humana: nas relações do indivíduo com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. Na obra citada, Honneth contesta essa totalização. Apresenta estudos na área da psicologia evolutiva que demonstram com evidência suficiente que, na conduta social do homem, existe uma primazia, ao mesmo tempo genética e categorial, do reconhecimento frente ao conhecimento, da implicação frente à apreensão neutra de outras pessoas.

Para Honneth, só reificamos a outros homens nas situações em que perdemos de vista o reconhecimento anteriormente alcançado. É exatamente esse esquecimento que o autor propõe como chave para a reelaboração do conceito de reificação: na medida em que, na execução das ações de conhecimento (objetivas) perdemos a capacidade de sentir que estas se devem a uma postura de reconhecimento inicial, desenvolvemos a tendência para perceber os demais como simples objetos insensíveis. Ou seja, perdemos nossa capacidade de perceber as manifestações da conduta de outras pessoas diretamente endereçadas a nós como “convites” para uma reação da nossa parte. Embora cognitivamente sejamos capazes de entender tais convites, falta-nos o sentimento de empatia necessário para nos sentirmos afetados.

Mesmo na situação de intercâmbio de mercadorias, para Honneth, o *status* legal de ambos os participantes os protege, reciprocamente, de uma postura puramente reificante, uma vez que, por mais que o outro seja visto somente sob o ângulo da otimização do proveito individual, existe uma relação contratual, implícita ou explícita, que garante uma consideração das qualidades pessoais de cada um, ainda que de forma mínima.

Por outro lado, Honneth explicita, claramente, que existem situações atuais nas quais o conceito de reificação é plenamente aplicável. Cita, dentre outras:

1 As situações nas quais práticas meramente observadoras e calculadoras por parte dos homens adquirem autonomia, sem estarem enquadradas em relações jurídicas claras, com ignorância do reconhecimento prévio, constituindo-se assim o núcleo de toda reificação intersubjetiva. O espectro dos desenvolvimentos sociais nos quais se observa essa tendência reificante entre os homens se estende desde a

debilitação das normatizações jurídicas dos contratos de trabalho até as práticas de manipulação genética.

2 As situações relacionadas a adoção de uma postura ideológica como as práticas racistas e sexistas por meio das quais nega-se a determinados grupos de indivíduos as qualidades pessoais antes garantidas pela precedência social do reconhecimento.

Honneth assinala ainda exemplos de situações em que a autorreificação é observada: as entrevistas de emprego, determinadas prestações de serviço (prostituição) ou as formas organizadas de intermediação de pares, como o namoro ou casamento pela internet.

Enfim, já se passaram praticamente 80 anos desde a publicação do artigo de Lukács no qual o conceito de reificação foi formulado. Pergunta-se: o conceito de reificação ainda se constitui como uma chave de interpretação possível para o que se observa no mundo do trabalho na atualidade?

2.4. O trabalho nos dias de hoje

Não se pode deixar de registrar que a imagem representacional que vem do capitalismo, hoje, é de que se está diante de algo inexorável, com enorme força centrífuga: tudo escapa, tudo parece destituído de sentido. BAUDRILLARD (2008, p. 33) faz uma análise do fenômeno transeconômico e oferece uma explicação provável para esse mal-estar. Para ele, a economia em seu estágio atual não tem o mesmo sentido da análise clássica ou marxista. Seu motor já não é mais a infraestrutura da produção, os meios materiais e a força de trabalho, nem a superestrutura burocrática que a garantia. Pelo contrário, é a desestruturação do valor, é a desestabilização dos mercados e das economias reais, é o triunfo de uma economia anônima entregue à pura especulação. Hoje, a economia política criticada por K. Marx acaba diante dos nossos olhos: tornou-se uma transeconomia, um puro jogo de regras flutuantes e arbitrárias. A ideia de progresso iluminista se desfez, a ideia de riqueza que sustenta a produção desapareceu. A produção, porém, acelera-se na mesma medida que se torna indiferente a suas finalidades originárias. Se ética e capitalismo nunca se deram bem, mais do que nunca estão distanciados.

Quem são os trabalhadores da atualidade? Frente a essa pergunta, quase que imediatamente, surgem em nossas mentes, os chamados *trabalhadores informais*, que oferecem seus esforços a troco de quase nada e que são explorados pelas grandes indústrias de vestuários, calçados e eletrônicos, vendidos nos *shoppings* do mundo todo, assim como pelas empresas prestadoras de *serviços*.

Por outro lado, o que se passa no interior das empresas? O que acontece ao trabalhador que ainda detém seu posto de trabalho? Reunidas

em grandes corporações, ou mesmo procurando manter a independência, as empresas lançam mão dos chamados modernos métodos de gestão administrativa e financeira que, por mais diferenciados que pareçam, resumem-se a uma providência básica, a flexibilização, que significa, em última análise, o funcionamento em nível mínimo de estoques e funcionários, visando a obtenção máxima de vantagens nos contratos de produção.

SENNET (2000, p.55) faz uma análise do sistema de poder que se esconde nas modernas formas de "flexibilidade", fenômeno que consiste basicamente em três elementos: a reinvenção descontínua de instituições; a especialização flexível de produção e a concentração de poder sem centralização. Por reinvenção descontínua de instituições, entendem-se as reorganizações introduzidas pela chamada reengenharia, que trouxe para dentro das empresas poderosos programas de controle organizacional, tendo em vista a simples redução de empregos, ou seja, a demissão daqueles considerados substituíveis por programas informatizados. Por especialização flexível entende-se a antítese do sistema de produção fordista, herdeiro da divisão do trabalho de A. Smith. Ao invés das linhas de produção, têm-se hoje as ilhas de produção, favorecidas pela tecnologia, que se reprogramam em função das demandas do mercado. Por concentração sem centralização, definida em termos ideológicos como a disseminação do poder em toda a organização, dando a cada um o poder sobre sua própria atividade, certamente é uma falsidade: dentro da empresa, pelos sistemas de vigilância, avaliação e outras formas de gestão que mantêm os funcionários em constante estado de alerta, *há um continente de poder*. Esse continente é que decide e, geralmente, pressiona o andar de baixo a produzir ou ganhar muito mais do que está em suas capacidades imediatas.

Essas formas de gestão constituem fontes de tensão e estresse em todos os níveis e categorias assalariadas, uma vez que, em geral, criam a precarização dos contratos de trabalho, os mecanismos de individualização das jornadas ou horários (que dificultam muito a formação de grupos e a sociabilidade), fixam objetivos individuais, aumentam os procedimentos de avaliação e controle do trabalho realizado, intensificam a pressão para a obtenção de resultados, a concorrência entre os assalariados, reduzem os efetivos, os tempos de pausa.

Ao mesmo tempo, o enxugamento organizacional dos sistemas de produção destrói as defesas coletivas, impõe o excesso de investimento no trabalho (*patologia da performance*), concorre para enfraquecer ou abolir os referenciais e solidariedades coletivas.

Além de tudo, espera-se do trabalhador uma *cooperação consentida*, ou seja, as direções se esforçam para desenvolver um novo tipo de controle social, exercido diretamente sobre os espíritos, mas, nem por isso, comprometem-se a fazer reais transformações na organização do trabalho. Frente à concorrência e à incerteza das demandas, o discurso empresarial

oficial pede aos assalariados sua participação, responsabilização e autonomia. Insiste que sejam *competentes*, visto que somente a competência poderá assegurá-los em seus empregos. Com isso, aqueles que se encontram desempregados se sentem incompetentes, despreparados e culpados quando, na verdade, o que não existe é colocação para todos num mercado de trabalho cada vez mais exíguo e competitivo.

3. Conclusão

O quadro apresentado do mundo do trabalho é sombrio. Nele se evidencia com clareza suficiente a precarização dos contratos, que expõe os trabalhadores a toda sorte de riscos. Apesar de suas críticas ao posicionamento de Lukács, considerado excessivamente totalizante por Honneth, esse autor concorda com a atualidade do conceito de reificação e cita situações concretas, presentes no dia a dia das sociedades ocidentais, em que a reificação de si, dos próprios sentimentos e a reificação do outro está posta com clareza suficiente para certificar a atualidade desse conceito como uma forma de leitura e compreensão da sociedade atual. No mundo do trabalho a reificação é evidente.

Manifestações pacíficas ou violentas contra as alterações econômicas que se refletem, diretamente, no mundo do trabalho, são frequentes na atualidade, sem que se produzam resultados. Talvez mantendo uma postura idealizadora frente ao mundo atual, ainda se possa acreditar que compete a nós a tentativa de buscar possibilidades de mudanças que estejam inseridas nesse quadro, na tentativa de trazer mais luminosidade à reflexão. Sobre temática semelhante, HABERMAS (1993, p.94) assim se expressou:

[...] os filósofos não são capazes de transformar o mundo. O que nós necessitamos é de um pouco mais de práticas solidárias; sem isso o próprio agir inteligente permanece sem consistência e sem consequências. No entanto, tais práticas necessitam de instituições racionais, de regras e formas de comunicação, que não sobrecarreguem moralmente os cidadãos e sim, elevem em pequenas doses a virtude de se orientar pelo bem comum. O resto de utopia que eu consegui manter é simplesmente a ideia de que a democracia- e a disputa livre por suas melhores formas- é capaz de cortar o nó górdio dos problemas simplesmente insolúveis. Eu não pretendo afirmar que iremos ser bem sucedidos nesse empreendimento. Nós nem ao menos sabemos se é dada a possibilidade desse sucesso. Porém, pelo fato de não sabermos nada a esse respeito, devemos ao menos

tentar. Sentimentos apocalípticos não produzem nada, além de consumir as energias que alimentam nossas iniciativas.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal, ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas: Papirus, 2008.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUEDES, Édil. *A economia como sistema da representação em Karl Marx*. São Leopoldo: Unisinos, 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento, a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. *Reificación, un estudio en la teoría do reconocimiento*. Buenos Aires: Katz, 2007.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

OLIVEIRA, Júlio Ferreira. *Ethos e Politeia*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter, consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record, 2000.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1983, Coleção Os Economistas.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Ontologia e História*. São Paulo: Loyola, 2001.